



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KALINE CARDOSO UMBELINO SILVA

**O CORPO PARA ALÉM DA “CASCA”: ASPECTOS SUBJETIVOS DO CORPO
FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE**

Juazeiro do Norte
2020

KALINE CARDOSO UMBELINO SILVA

**O CORPO PARA ALÉM DA “CASCA”: ASPECTOS SUBJETIVOS DO CORPO
FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do grau de
bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

KALINE CARDOSO UMBELINO SILVA

**O CORPO PARA ALÉM DA “CASCA”: ASPECTOS SUBJETIVOS DO CORPO
FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para obtenção de
grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR
Orientador(a)

JÉSSICA QUEIROGA DE OLIVEIRA
Avaliador(a)

LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES
Avaliador(a)

O CORPO PARA ALÉM DA “CASCA”: ASPECTOS SUBJETIVOS DO CORPO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE

Kaline Cardoso Umbelino Silva¹
Francisco Francinete Leite Júnior²

RESUMO

O corpo é constituído socialmente e, enquanto tal, está revestido em normas regulatórias que o controlam e ditam os espaços que podem ser ocupados. No caso do corpo feminino este torna-se o centro em um ideal de beleza que padroniza e mercantiliza o corpo como mecanismos de manutenção da mulher em processos de submissão e inferioridade a dominação masculina. A pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender os aspectos subjetivos do corpo feminino e seus efeitos na contemporaneidade. Foi desenvolvida no método bibliográfico, sendo selecionados 26 arquivos entre artigos, monografias, dissertações e teses com busca no Periódico Capes, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Oasis/IBICT, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, articulado com o uso de cinco descritores “corpo feminino”, “subjetividade”, “contemporaneidade”, “sofrimento psíquico” e “ética feminina/feminista”. Como resultado da pesquisa foi observado que os efeitos da estruturação histórica do feminino reverberam sobre a contemporaneidade obtendo diferentes formas de subjetivação, controle dos corpos, assim como influenciando sobre o sofrimento psíquico devido as internalizações das normas regulatórias, porém com pesquisas incipientes sobre as articulações com as formas de violências vivenciadas, restringindo-se a violência física. Conclui-se, portanto, a necessidade de maiores aprofundamentos em pesquisas relacionadas as formas de violências contra mulheres relacionado a estruturação patriarcal e o controle dos corpos contemporâneo.

Palavras-chave: Corpo feminino. Subjetividade. Contemporaneidade. Sofrimento psíquico.

ABSTRACT

The body is socially constituted and, as such, is covered by regulatory rules that control it and dictate the spaces that can be occupied. In the case of the female body, it becomes the center of an ideal of beauty that standardizes and commercializes the body as mechanisms for maintaining women in processes of submission and inferiority to male domination. The research was carried out with the objective of understanding the subjective aspects of the female body and its effects in contemporary times. It was developed using the bibliographic method, and 26 files were selected from articles, monographs, dissertations and theses with search in the Capes Periodical, Brazilian Institute of Information in Science and Technology - Oasis / IBICT, SciELO and Virtual Health Library - VHL articulated with the use of five descriptors "female body", "subjectivity", "contemporaneity", "psychological suffering" and "feminine/feminist ethics". As a result of the research, it was observed that the effects of the historical structure of the feminine reverberate over contemporaneity, obtaining different forms of subjectivation, control of the bodies, as well as influencing psychological suffering

¹Discente do curso de Psicologia da UNILEÃO. E-mail: kalineumbelino@gmail.com

²Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza, UNIFOR. Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. E-mail: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

due to the internalization of regulatory norms, however with incipient research on the articulations with the forms of violence experienced, restricting physical violence. It is concluded, therefore, the need for further research in relation to forms of violence against women relating the patriarchal structure and the control of contemporary bodies.

Keywords: Feminine body. Subjectivity. Contemporaneity. Psychic suffering.

1 INTRODUÇÃO

Virginia Woolf (2015), em seu conto intitulado “A marca na parede”, faz reflexões sobre o lugar que esta ocupava em relações interpessoais e sociais estando em um corpo feminino, ao qual a mesma escreve “[...] sou a casca de uma pessoa que é vista por outras – que mundo raso, árido, proeminente e sem ar se torna! Não é um mundo no qual viver.” (p. 14). Apesar de escrito entre 1917 e 1921 e a representação do conto ao contexto histórico vivenciado o mesmo torna-se atual devido as (des)continuidades societárias assumirem outras práticas discursivas, mas na mesma estruturação de poder: o corpo feminino como contemplativo, ocupando um vazio só ganha sentido e representação através dos signos sociais.

Tendo esta discussão como inicial, o corpo constantemente é lido como algo puramente biológico sendo descartado suas pluralidades e significações sociais, porém para se compreender o corpo e como este é atravessado por representações e construções é necessário entendê-lo enquanto espaço político e social, sendo este onde a subjetividade se expressa. Ao ganharem sentidos validados socialmente são realizadas inscrições de feminino/masculino nos corpos, inscrições estas que designam espaços, normatizam comportamentos e constituem a subjetividade dos sujeitos (BORIS; CESÍDIO, 2007; SANTOS, 2014).

Nesta perspectiva a compreensão do feminino perpassa pelas relações sociais e está fortemente ligada a relações de poder em que lhe são atribuídos papéis e comportamentos esperados socialmente. Em uma compreensão do feminino contemporânea em que o corpo passa a ter valor de mercado, o ser mulher torna-se incorporar uma subvida paralela que encarceram em padrões irreais de beleza e o culto do ódio a si mesma, que cerceiam a liberdade e mantém o controle social. A partir destes enquadramentos há uma construção do corpo feminino que fundamenta e guia as formas de se expressar perante o outro e perante o coletivo. É na corporeidade que se expressa a subjetividade e que, transformado em signo social,

torna-se moeda de troca do aceitável e desejável para que esta se molde ao “ser mulher” (CARVALHO, 2018; NOVAIS, 2011; WOLF, 2020).

Por meio da (re)produção de discursos vinculados a diversos meios que legitimam, os corpos femininos são docilizados e tornados submissos e úteis. A obrigatoriedade da passividade e o corpo de contemplação e beleza de modo a servir o ser masculino acarreta em fortes prejuízos a subjetividade da mulher, assim como sofrimento psíquico aliado as tentativas de suprimir uma falta que não será suprida. Como forma de manter a docilidade há a inversão do ódio contra si mesma, e com a construção de identidades midiáticas busca-se incessantemente atingir o modelo esperado causando obsessões com o físico, relações interpessoais adoecidas e o medo do envelhecimento perante um corpo que não mais serve (SCOOT, 1995; WOLF, 2020).

Neste sentido, o referido estudo foi pensado como tema de aprofundamento devido ao interesse pessoal pelas relações de idealizações feminina observadas e vivenciadas socialmente enquanto mulher, assim como por observações em atendimentos durante o estágio em ênfase clínico em que o sofrimento das pacientes mulheres estava, muitas vezes, entrelaçado na imagem que estas precisavam reproduzir socialmente para serem aceitas e incluídas no ideal de feminino. A discussão desse tema, em relevância social, se faz pertinente visto a construção e manutenção midiática e discursiva do corpo feminino e para a problematização da construção societária patriarcal sobre os corpos e sua influência na forma de ser mulher contemporaneamente. Aliado a isto a discussão do presente tema poderá contribuir academicamente para a ampliação das discussões sobre as ações de mecanismos sociais que atuam sobre a normatização do corpo feminino, assim como as relações de poder arraigadas a subjetividade feminina o que contribui significativamente para a compreensão das formas de identidade feminina estabelecidas contemporaneamente e o sofrimento psíquico advindo destas formas de subjetivação.

Diante deste tema foi construída a problemática: Como os aspectos subjetivos atuam sobre o corpo feminino e quais os seus efeitos na contemporaneidade? Com novas formas de legitimação e reprodução do feminino através de veiculações midiáticas, os aspectos subjetivos atuantes sobre o corpo feminino sofrem remodelações e obtém características que, apesar de construídos historicamente, diferem de outros recortes históricos e culturais constituindo diferentes formas de

agenciamentos de corpos. Com corpos significados pela cultura e continuamente modificados por esta, explorar os efeitos das formas de configurações de subjetividades femininas contemporâneas auxilia na compreensão se há efeitos sobre os sofrimentos psíquicos das mulheres.

Nesta perspectiva a pesquisa objetiva-se a compreender os aspectos subjetivos sobre o corpo feminino e os seus efeitos na contemporaneidade. Para isso buscou-se entender o que é corpo feminino, seus processos de subjetivações e as relações de poder atreladas socialmente; descrever os agenciamentos de corpos contemporâneos e sua atuação social sobre normatizações no corpo feminino e sua subjetivação; e analisar como estes processos descritos acima influenciam no sofrimento psíquico e na ética dos cuidados psicológicos as mulheres.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de método bibliográfico e objetivos descritivos e exploratórios. Segundo Gil (2017) a pesquisa de método bibliográfico propõe-se a analisar materiais publicados sobre determinado problema, sem o caráter de repetição, mas de formulação de novas hipóteses. Aliado a esta definição, o mesmo autor define as pesquisas com objetivos descritivos sendo as que buscam possível associação entre variáveis, e a de objetivo exploratório, as que buscam tornar uma problemática mais explícita e/ou formular novas hipóteses acerca da mesma.

Foram utilizados os bancos de dados Oásis/IBICT, portal de publicações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; SciELO; BVS, Biblioteca Virtual em Saúde; e o Periódico CAPES. Nestes foram buscados artigos, monografias, dissertações e teses, com critérios de inclusão o uso de cinco descritores “corpo feminino”, “subjetividade”, “contemporaneidade”, “sofrimento psíquico” e “ética feminina/feminista”, sendo estes utilizados em dupla ou trio com uso de agrupações: “corpo feminino, “subjetividade” e “contemporaneidade”; “corpo feminino” e “sofrimento psíquico”; e “sofrimento psíquico” e “ética feminina/feminista”, no qual foram selecionados 26 arquivos. Não houve delimitação de ano de publicação, com resultados de buscas com pesquisas concentrando-se entre os anos 2007 a janeiro de 2020, e como critérios de exclusão foram retiradas pesquisas que fugissem da temática e objetivos propostos, que não houvesse arquivo disponível em português e

que tivessem acesso restrito. Os materiais selecionados foram analisados a partir da análise crítica dos materiais considerando o objetivo geral e específicos descritos, agrupando-os por tema discutido e pela linearidade devido a articulação dos temas tratados, assim como a relevância e pertinência dos dados apresentados pelas (os) autoras (es) na articulação com o proposto pela presente pesquisa.

3 CORPO E FEMININO: A MATERIALIZAÇÃO DAS NORMAS REGULATÓRIAS

Definir o que é feminino está fortemente articulado com o contexto social e cultural e com as relações discursivas que o permeiam. Através de processos de socialização sexual baseado em uma divisão dicotômica de sexos, os sujeitos internalizam noções específicas de feminilidade e masculinidade e os padrões comportamentais esperados socialmente. Desta forma, concomitantemente, ao ser materializado através de normas regulatórias este também é desestabilizado, retirando um posicionamento determinista e delimitador do conceito de gênero (BUTLER, 2019).

As normas regulatórias instituídas socialmente são materializadas no corpo e é no espaço social que o corpo ganha sentido. Segundo Foucault (2008) o corpo é revestido em um discurso de relações de poder onde a ideia de sexo torna-se natural, sendo assim o sexo um construto social. Tendo em vista que a sexualidade é uma organização de poder sobre os corpos, segundo o autor, esta reveste e produz o sexo como forma de mascarar e perpetuar as relações de poder entrelaçadas e ditar uma essência reguladora. Desta forma o corpo sexuado é regulado constantemente por normas, discursos que se alteram aos longos dos anos atuando em formas sutis e tido como um processo e construto histórico.

Nesta perspectiva, o corpo é representativo de contextos históricos, sociais e culturais o que constrói significações diferentes a depender da classe social, gênero, entre outros aspectos. Sant'Anna (2000) discute que historicamente o corpo era tido como foco de pecados e cercado de proibições e culpabilizações que limitavam o seu uso. Após os movimentos sociais e políticos da década de 60 em busca de liberdade e representatividade acrescentou-se, naturalmente, a busca da liberdade do corpo e dos antigos tabus vinculados a este causando um foco exacerbado no corpo. Diante disto houve uma saída do apagamento do corpo para um lugar de valorização e de exploração comercial, industrial e científica.

Com os corpos obtendo sentido no social e sendo modificados, continuamente, pela cultura, estes são alterados de forma a se adequar a padrões instituídos. Com padrões atravessados pelo masculino e tomado como referência, o outro é o que foge a norma e ao padrão hegemônico patriarcal (LOURO, 2000). O feminino, neste sentido, constitui-se a partir de sentidos produzidos através de discursos e representações sociais.

Para Butler (2000) esta constituição do sujeito, que não se encaixa em um termo de constituição passiva, forma-se em virtude de passar pelo processo de assumir um sexo e, desta forma, as normas regulatórias do mesmo, o que possibilita ou impede/nega identificações de acordo com o imperativo reforçado pelos meios discursivos. A partir dos impedimentos de identificações que são fundantes ao sujeito, se constitui um exterior abjeto que constitui o sujeito enquanto tal. Neste sentido Butler (2019) discorre que o gênero é “uma superfície politicamente neutra sobre o qual age a cultura” (p. 27), sendo este anterior a cultura e estabelecido como pré-discursivo.

O corpo, por ser uma instância social e ser reflexo de sua cultura, passou por diversas mudanças ao longo dos anos, desde o seu apagamento até o seu enaltecimento atual. Até o século XVIII o discurso dominante estabelecia os corpos como versões de um mesmo sexo divididos hierarquicamente. O sexo feminino era tido como inferior ao masculino, com utilidades meramente domésticas e sexuais ao patriarca, que designava o encarceramento doméstico como único lugar possível de ocupação. Esta universalidade dos corpos foi se modificando com o discurso médico e a categorização das diferenças sexuais, assim como o discurso religioso, que serviam para confirmar e enfatizar discursos sociais que ligavam corpos femininos a luxúria, ao pecado, ao espaço de inferioridade e falta de controle do corpo por isso a necessidade de reafirmá-la enquanto submissa e inferior. Sendo assim o corpo feminino designado e circunscrito historicamente por constituições polissêmicas, segundo as autoras, foi influenciado em primazia pelo discurso médico e a filosofia cristã (BORIS; CESÍDIO, 2007; COLLING, 2014; LOPES, 2008; WEEKS, 2000).

Com a modificação do funcionamento societário e instaurada a estruturação capitalista o modo de consumo dos corpos se alterou. Construindo um funcionamento de valorização da força de trabalho, articulado com guerras que ocorriam neste período, houve a inserção da mulher como força de trabalho, o que não as garantiam direitos, porém possibilitou o ruir da estrutura exclusivamente patriarcal até então

inabalável, com mulheres ocupando espaços antes restritos e atribuídos ao homem. A partir deste marco deram-se início a lutas e revoluções feministas que possibilitaram vários avanços sobre a vida/corpo da mulher que traçaram novas formas de subjetivações, ainda que marcados e delineados pela construção social e histórica do ideal de feminino (BORIS; CESÍDIO, 2007; CARVALHO, 2018; COLLING, 2014; ZORZAN; CHAGAS, 2011).

Desta forma, os discursos societários sobre a dualidade masculino/feminino tornaram-se importantes meios de reprodução de normatizações dos corpos e dos comportamentos. Butler (2000) nos introduz a discussão sobre como as identidades estão atravessadas pelo discurso, porém que não é o mesmo que afirmar que o discurso causa as diferenças de identidades e “sexos”, sendo o uso da palavra sexo entre aspas algo comum as discussões da autora. A autora discorre sobre como a própria noção de “sexo” é normativa, e que esta atua de forma a regulamentar os corpos, sendo muito mais do que apenas um construto social imposto. Diante disto não há como compreender e discutir a materialidade do corpo separado da noção regulatória do “sexo”, pois as regulamentações de feminino/masculino apresentam-se no corpo e, além disso, torna-o passível de espaço social.

O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTTLER, 2000, p. 153)

Com isso observamos a importância de compreendermos as construções históricas do corpo, do feminino e do corpo feminino, pois gênero e corpo são indissociáveis. Butler (2019) discute que o corpo em si mesmo é uma construção e, portanto, se constitui com marcas de gênero, desta forma o sujeito é constituído a partir do processo de assumir uma identidade sexual e os processos imperativos e normativos vinculados a este corpo sexuado. Nesta perspectiva, gênero sendo um significante de categoria social, e diferindo do conceito de sexo, assumir a identidade de gênero feminina vincula-se a assumir a posição de diferença social e ser atravessado pelas representações e limitações impostas a ser mulher. Estas delimitações refletem diretamente no corpo que se torna a expressão da subjetividade (BUTLER, 2000; CARVALHO, 2018; PRAUN, 2011; SANTOS, 2011; ZORZAN; CHAGAS, 2011).

As representações sociais impostas historicamente colocam as mulheres em posições dicotômicas em relação aos homens, e em sua estruturação patriarcal a coloca como posse e objeto de servir o masculino, estando incluso os seus corpos e formas de controle sobre eles. Desta forma, articular sobre o feminino é falar sobre a margem. Como cita a autora Colling (2014, p. 15) “A mulher verá crescer sua identidade em discursos que ela não formulou, caminhará com a palavra emprestada”. Com a sociedade liderada por homens e o poder sobre si negado, o feminino constitui-se a partir do não lugar, com efeitos desses silenciamentos reverberando sobre sua subjetividade e sobre seu corpo (FONTINELE; COSTA, 2020; LOPES, 2008; SANTOS, 2011; SANTOS, 2014).

Desta forma nota-se na sua constituição a ambiguidade da formação da identidade feminina. Ao passar por décadas de submissão e aprisionamento do corpo, que ainda refletem de forma sutil nos discursos se expressando em diversas formas de violência, e atualmente estar inserida em uma sociedade de espetáculo, com a exposição exacerbada dos corpos e das imagens, a relação com seu corpo torna-se moeda de troca. Ao mesmo tempo em que há o empoderamento e evolução envolvidos na exposição corporal, há o reforçamento da subjugação assim como a reprodução do discurso de fetichização e controle sobre os corpos femininos (NASCIMENTO; PRÓCHNO; SILVA, 2012; OLIVEIRA; TRINDADE, 2015; WOLF, 2020).

Com o corpo sendo fadado a normatizações e homogeneizações cria-se uma utopia contemporânea acerca do ideal. A abdicação do corpo natural designa as constituições subjetivas da mulher ao longo da vida diante da imposição da recriação contínua do corpo para encaixar-se nos padrões, tornando-se ainda mais rígidas e impositivas durante o seu processo de envelhecimento em que a cobrança e responsabilização gira em torno de um processo inadiável (GEROLAMO, 2019; SANTOS, 2011; SANTOS, 2014).

Del Priore (2000) discorre que na atualidade cobra-se que o corpo feminino satisfaça a tríade beleza-saúde-juventude, com a beleza representando ideais utópicos de padronizações, a saúde representando um corpo magro a qualquer custo, e a juventude com a imposição da ausência de senescência e a recriação contínua da aparência jovem. O não cumprimento desta tríade, segundo a autora, acarreta em perda do prestígio social e prejuízos no estabelecimento e/ou manutenções de relações sociais, ocasionando uma busca desenfreada por pertencimento e padronização tal qual o dito socialmente.

Diante disto há a discussão de algumas autoras (BRUGGE, 2010; CARVALHO, 2018; GEROLAMO, 2019; LOPES, 2008; MENDES, 2010; NUNES, 2008; PERRONI; NOGUEIRA; DO Ó, 2008; SANTOS, 2014; ZORZAN; CHAGAS, 2011) sobre como as nuances contemporâneas tais como a maleabilidade do discurso para produção de verdades sobre o corpo, e a produção imagética-discursiva do corpo feminino enquanto espaço de contemplação do olhar masculino, perpassa pelo o poder da mídia para a propagação de representações sociais sobre o feminino que reforçam os estereótipos e constituem subjetividades, mostrando-se este meio como uma ferramenta importante na (re)produção e manutenção de relações sociais de fetichização e padronização do corpo feminino.

4 CONTEMPORANEIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS

A contemporaneidade é tida como sinônimo de pós-modernidade, optando-se academicamente pela primeira denominação devido as divergências decorrentes do segundo termo supracitado. Segundo Esperandio (2007) as divergências abrangem a impossibilidade de definição já que não são observadas rupturas e/ou acontecimentos específicos que marquem o seu início; o fato desta ter diferentes leituras a partir da escolha metodológica do estudo; assim como o fato de que falar em pós-modernidade é lançar o olhar para nós mesmos enquanto sociedade, analisando suas mudanças e a produção das subjetividades advindas. O que pode ser compreendido como marco ontológico, segundo a autora, seriam as características próprias de reformulação de elementos políticos, culturais, religiosos, econômicos, entre outros que acarretam uma necessidade de nomenclatura distinta para abarcar as remodelações de formas de funcionamento societária.

Para Agamben (2009) ao falar sobre contemporâneo se é primordial entender-nos como parte deste tempo e o distanciamento necessário para fixá-lo, observando suas luzes e suas trevas, assim como compreendê-la enquanto linearidade, e não ruptura de tempos. Ao ter esta compreensão de linearidade, consegue-se perceber a relação deste tempo com outros tempos e as marcas do tempo passado contidas no tempo presente, assim a indagação do passado se é, necessariamente, uma indagação das suas marcas atuais.

De acordo com Foucault (2011) ao se utilizar de categorias para compreender a prática cotidiana, na verdade há o enquadramento da própria prática já que as

categorias são efeitos emergentes desta. Ou seja, categorizar uma dada composição social significa, necessariamente, categorizar o modo de funcionamento do sujeito. Nesta perspectiva, se a contemporaneidade ocasionou um novo modo de ser e estar no mundo diante das remodelações sociais, também ocasionou em novas formas de subjetivação que toma forma na descontinuidade de práticas discursivas, segundo Esperandio (2007), causada pela perda da crença de linearidade da história; fragmentação da verdade; nova relação estética e de consumo; assim como mercantilização da vida advinda do capitalismo e as novas configurações de trabalho.

Diante destas (des)continuidades de práticas discursivas, as representações sociais do ser mulher tomaram novas configurações devido a necessidade de questionar os espaços destinados às mulheres. Estes questionamentos surgiram diante de uma configuração societária capitalista que não mais se beneficiava com a exclusão das mulheres das caracterizações econômicas instituídas, seja pelo uso de mão de obra, assim como pela manipulação consumista utilizada conscientemente por indústrias que movimentam a economia mundial sobre padronizações de corpos femininos tais como, a indústria de cosméticos, de cirurgias plásticas estéticas, de dietas e da pornografia (MIRANDA, 2007; SANTOS, 2011; WOLF, 2020; ZORZAN; CHAGAS, 2011).

Foucault (2011) ao tratar sobre seu conceito de biopolítica, retrata que esta foi incorporada com a emergência do capitalismo e que neste momento a vida entra na história concebendo-se enquanto domínio de valor e utilidade, tornando-se objeto e objetivo das técnicas de controle de uma sociedade normalizadora. Nesta, são disseminadas diversas estratégias para a produção de corpos úteis, dóceis e produtivos envoltos em uma disciplina que busca canalizar a força dos corpos a meios satisfatórios para os mecanismos de poder. Desta forma o poder, segundo o autor, serve para analisar e decompor um conjunto obediente e para isso se apoia nos corpos e instituições para ampliar seu alcance e objetivar a construção de um corpo docilizado e produtivo (FOUCAULT, 2011; 2014).

Com o início desta “nova” estruturação contemporânea, a padronização física feminina passou a ser amplamente instituída, iniciando o chamado culto ao corpo. Segundo Wolf (2020) as sociedades ao longo dos anos utilizam do mito da beleza, denominação realizada pela autora, de forma a determinar comportamentos das mulheres, assumindo diversas configurações de acordo com as necessidades coercitivas. A sua configuração atual foi instituída após os movimentos feministas da

década de 70 devido a brecha feita nas estruturas de poder com o abandono da domesticidade, passividade, maternidade e castidade, nomeado pela autora como mística feminina, como padrões únicos de forma de existência possível para as mulheres. Com estes padrões agindo insatisfatoriamente nas suas funções de coerção social, foi necessário articular novas maneiras de manter o domínio masculino. Segundo a autora, quanto mais as mulheres ganham poderes e autonomia, mais as estruturas de poder contornam essa energia para algo benéfico as estruturas já existentes.

As transformações decorrentes da modernidade ocasionaram também alterações para instituir a chamada sociedade do consumo, onde apesar desta estar envolta em vários outros traços característicos, ainda assim o consumo é tido como fundamental. Neste contexto a sociedade atual torna-se pautada no imediatismo com constante necessidade de descartar e substituir o que se torna obsoleto, tendo a mídia como principal influenciadora dos comportamentos de consumo. Nestes mecanismos cria-se constantemente ciclos de satisfação e insatisfação em que a promessa de felicidade empregada pela sociedade de consumo não é cumprida, ocasionando em prazeres momentâneos que seduz o sujeito ao sentimento de pertencimento (FRIZZERA, 2018; LOPES, 2008; MENDES, 2010; NUNES, 2008).

A maleabilidade do discurso para atuar como produção de verdade faz com que seja ainda mais abrangente e sutil as formas de controle dos corpos na sociedade capitalista. As imagens e discursos vinculados a mídia para padronização e fetichização dos corpos femininos articulam rotineiramente o termo saúde, juventude eterna, felicidade, aumento de autoestima, empoderamento, como termos para ampliar o controle e apreender a maior quantidade possível em uma rede de investimento. O discurso se adequa, e o investimento muda, mas o poder vinculado, não (FOUCAULT, 2011; WOLF, 2020).

De acordo com Bauman (2008) a sociedade de consumo visa o controle dos sujeitos para que, através deste, os mesmos atuem dentro de limites sociais com a falsa sensação de autonomia e liberdade dos seus atos. Dentre os limites impostos socialmente inclui-se a diferenciação segregatória e dicotômica entre masculino e feminino, que através de signos sociais aplicados a formas de consumo pauta o “ser mulher” em consumir beleza, sensualidade, erotismo e sofisticação, sendo assim o consumo parte constituinte das identidades devido a acentuação de diferenças

(FONTINELE; COSTA, 2020; GEROLAMO, 2019; LOPES, 2008; PERONI; NOGUEIRA; DO Ó, 2008).

Neste contexto, o corpo passa a ser entendido socialmente como um corpo mercadoria, adquirindo valor de troca. Investir em sua própria imagem, através dos ideais disseminados pela mídia que se constitui em desejo nos sujeitos, garantem espaço de contemplação, pertencimento e um modo de ser no mundo. Neste processo de construção da identidade centrada em si há, paradoxalmente, a construção que ganha validação e significações pelo olhar do outro (BRUGGE, 2010; FRIZZERA, 2018; SANTOS, 2014).

Com as vinculações midiáticas se é instituído o controle de si como mecanismo de poder, em que através das estratégias discursivas estabelecem normas ao corpo e, ao mesmo tempo, apresenta soluções para atingir a tal norma. Devido ao controle disperso que a mídia obtém, o seu meio de controle eficaz é que o sujeito seja o próprio controlador tendo, para a mulher, o espelho como principal símbolo de autovigilância (BRUGGE, 2010; FONTENELE; COSTA, 2020). Como relata Wolf (2020, p. 103) “[...] elas comprarão mais se forem mantidas no estado de ódio a si mesmas, de fracasso constante [...]”.

Wolf (2020) acrescenta que no caso das mulheres a mídia vinculada a revistas destinadas a mulheres toma também a perspectiva de única cultura de massa feminina, por isso a sua relevância sobre a identidade. A autora discorre que enquanto homens são tidos como referências e representados por seus feitos através de monumentos, pinturas e/ou outras formas de celebração, as mulheres quando representadas são anônimas com contemplação em torno da sua beleza não possuindo, por tanto, referenciais para se espelhar. Com isso resta a mulher as revistas, hoje disseminadas além das páginas físicas e tomando as redes sociais, mídia televisiva e mídia pornográfica, como fonte de informação e representação para a cultura de massa, obtendo um importante valor político para o controle do corpo feminino através de estruturas de poder.

Diante destas perspectivas, a hegemonia da aparência influenciada pela cultura da imagem controla os corpos e o transforma em um corpo dominado-explorado, violentado e alienado. Estas estruturações apontam caminhos de um ideal de feminino mercantilizado, artificializado, tido como objeto que pode ser vendido e comercializado e a mercê de violências físicas e simbólicas que circunscrevem o ser mulher (BRUGGE, 2010; SANTOS, 2014; FRIZZERA, 2018).

5 SOFRIMENTO PSÍQUICO E A ÉTICA FEMININA/FEMINISTA

A experiência vivenciada no sofrimento psíquico é articulada com normas e valores vigentes socialmente e, simultaneamente, com o recorte histórico. Desta forma, apesar da experiência ser subjetiva, perpassa-se pela regulação da configuração social, o que acarreta vivências no sofrimento distintos a depender do controle de masculinidade e feminilidade produzidos (SANTOS, 2009; D'ALBUQUERQUE, 2018).

Com as (des)continuidades de práticas discursivas advindas com a contemporaneidade aliada as estruturações do feminino discutidas anteriormente, algumas autoras (CARVALHO, 2018; D'ALBUQUERQUE, 2018; PINHO; ARAUJO, 2012; SANTOS, 2008; SANTOS, 2009; SILVA, 2017; ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015; ZORZAN; CHAGAS, 2011) discorrem em como a atual multiplicidade de papéis desenvolvidos pelas mulheres podem influenciar o aumento do número de transtornos mentais, ocasionados pelo acréscimo da carga de trabalho e responsabilidades, já que estas ocuparam espaços no trabalho formal porém, simultaneamente, acumulam funções sociais obrigatórias relacionadas ao feminino, tais como maternidade, cuidados com o lar, assim como cuidados despendidos a família em geral. Ainda segundo as autoras, além do esgotamento enfrentado há as violências sofridas em vários âmbitos na vida da mulher que acarretam diversos prejuízos para a mesma.

Segundo Bourdieu (2019), a dominação masculina engendrada na ordem social acarreta uma violência de perspectiva simbólica, atuante de forma sutil e com eficácia ampla devido a sua circunscrição histórica nos corpos. Para o autor, a construção social dos corpos divide em oposições homólogas o masculino e o feminino que, construído enquanto sexuado, torna-se depositário de divisões antagônicas. São nessas divisões que se constitui a ordem social em que são designados e circunscritos os gêneros de acordo com as relações de dominação e exploração, designadas ao masculino e feminino, respectivamente. Segundo o autor, devido a esta designação simbólica atribuída ao feminino “[...] as mulheres só podem exercer algum poder voltando contra o forte a sua própria força, ou aceitando se apagar, ou, pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração [...]” (p. 59), ou seja os espaços destinados reforçam a dominação e a violência simbólica se institui em classificações naturalizadas que, através de signos exteriores

tomados como legítimos, tornam a dominação masculina, concomitantemente, “espontânea e extorquida” (p. 69), onde as relações de força simbólicas sustentam a si mesmas.

A partir de uma concepção em que o corpo moldado socialmente é, obrigatoriamente, um corpo politizado, sendo o corpo feminino moldado em um ideal de existência de servir, enquanto tal, este pertence ao outro, sendo domesticado e silenciado. Segundo Zanello, Fiuza e Costa (2015) e Silva (2017) este lugar comum a construção social da mulher instaura um lugar privilegiado de adoecimento, sendo estes implodidos, e utilizados como forma de reforçar os estereótipos articulados ao feminino. Com violências sofridas que vão muito além das marcas e repressões corporais, as mulheres, segundo os autores, são violadas de forma estrutural e, por não possuir o poder das relações dado socialmente ao homem, a mesma cede e mantém estratégias de implodir como forma de não ser (re)vitimizada socialmente.

Em suas discussões Wolf (2020) articula como o mito da beleza e as imposições associados a esta estimulam e se beneficiam de transtornos alimentares, depressão, ansiedade, entre outros sofrimentos psíquicos pois, desta forma, enfatizam a inferioridade da mulher em detrimento do homem. Esta inferiorização, segundo a autora, não se articula apenas com o sofrimento tido como um elemento naturalmente feminino, mas também com a redução de vivacidade relacionada com as respectivas sintomatologias. Uma mulher que sofre de transtornos alimentares, está em estado depressivo, ansioso, entre outros, possui menos interesse sexual, uma menor firmeza de ego, redução de energia e atenção, se tornando facilmente posta em moldes de submissão e tornando-se uma solução política para os requerimentos de liberdade imposto pelas mulheres. De acordo com a autora “é permitido as mulheres uma mente ou um corpo, mas não os dois ao mesmo tempo” (p. 94).

Butler (2015) debate sobre o relatar a si mesmo e a ética envolta neste processo. Segundo a autora, o sujeito se constitui socialmente e é atravessado constantemente por signos sociais, o fazendo um ser desintegrado e fragmentado neste processo ininterrupto. Ao relatar a si mesmo o sujeito não consegue diferenciar interesses particulares e/ou interesses sociais pois as interações são mediadas e condicionadas a partir das normas sociais instituídas. Como um produto socialmente construído a partir das relações sociais e da aprovação do olhar de um outro externo, a autora discorre que a ética, ainda que pronunciada de forma individual, é perpassada

pelo social, tornando-se dependente deste, por isso a necessidade de responsabilizar-se pelas limitações constitutivas e a opacidade moral que estamos envoltos.

Diante desta perspectiva, alguns autores (OLIVEIRA; TRINDADE, 2015; SANTOS, 2008; SANTOS, 2009; SILVA, 2017) discorrem em como os profissionais de saúde mental por desconhecimento das discussões de gênero e reprodução de discursos sociais reforçam a noção patriarcal de auto culpabilização das mulheres que relatam sofrimentos vivenciados por estarem em um corpo feminino, o que acarreta em uma (re)vitimização da mulher, assim como uma banalização do seu sofrimento, corroborando com dados do início das instituições psiquiátricas em que mulheres eram tidas como “portadoras do germe da loucura” (SILVA, 2017, p. 52) e seus sofrimentos atribuídos a sentimentos inerentemente a natureza feminina.

Molinier e Paperman (2015) ao relatarem sobre a ética no cuidado salientam que a perspectiva de cuidado deve estar baseada em um tripé: psicológico, social e político, pois estes são indissociáveis em suas transformações. Ainda que um não seja redutível ao outro, a discussão do cuidado relacionando os diferentes níveis possibilita a problemática das relações assimétricas, suas transformações, assim como sua ação sobre os sujeitos e o coletivo. Ainda segundo as autoras, a dimensão objetiva e moral está sempre envolta no cuidado, diferentemente do que prega a neutralidade científica, não podendo ser padronizada. Ao incluir o ponto de vista, nomenclatura definida pelas autoras, viabiliza o cuidado em amplitude compreendendo todos os seus aspectos e aplicando uma ética das relações sociais.

Ao adentrar na ética feminina e/ou feminista, sendo utilizando ambos os termos como equivalentes em suas postulações, em que problematizam a necessidade de se inserir a perspectiva de gênero nas discussões e intervenções realizadas na prática psicológica, discute que perspectiva do feminismo constrói uma crítica a permanência de discursos e reproduções de hierarquias de gênero no conhecimento psicológico que reforçam estereótipos e se constituem enquanto violência simbólica e material. Desta forma, falar sobre psicologia em uma perspectiva feminista significa discutir saúde mental em contextos de relações de subordinação de feminino em detrimento do masculino e a compreensão que a vivência do sofrimento psíquico está envolta em no contexto sociocultural e político (ALVES, 2013; NARVAZ; KOLLER, 2007; SALDANHA; NARDI, 2016).

O sofrimento psíquico na perspectiva feminista na psicologia, segundo Alves (2013), possui três fontes distintas de sofrimento: “dor subjetiva, experiências

interativas de comportamentos problemáticos e patologia (localizadas primeiramente fora da pessoa na matriz social e política)” (p. 25), sendo os sintomas vistos como formas de enfrentamento e adaptação ao meio que se torna prejudicial e ofensivo. Desta forma, segundo a autora, a consideração da construção social e política do sofrimento permite que a perspectiva da interação com o outro e com o meio sejam considerados, e não apenas a dor individual.

Ainda que estes questionamentos sejam decorrentes da epistemologia das terapias feministas surgidas nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, segundo Mayorga (2014) e Nogueira (2001), salientam que estas devem ir além da nomenclatura e aplicar-se a diversas áreas e atuações do conhecimento psicológico ao considerar elementos de opressão e dominação para que se corra o risco de atuar em uma prática tecnicista que neutraliza e despolitiza a realidade.

Neste contexto, Saldanha (2015), Santos (2009) e Timm, Pereira e Gontijo (2011) discorrem que o cuidado deve advir de prática emancipatórias e visem o empoderamento como forma de desenvolver autonomia. Na perspectiva do pensamento androcêntrico de neutralidade adotada, segundo as autoras, deixa claro a negligência do campo psicológico em considerar as hierarquias de gênero e, concomitantemente, quando se pauta na experiência subjetiva individual reduz as experiências e sofrimentos ao próprio sujeito, sem considerar as vivências intersubjetiva entre social, cultura, política e relações de poder instituídas. Ainda segundo as autoras, apenas a partir de uma análise social patriarcal e a diferença hierárquica dos corpos pode-se elaborar o rompimento das restrições de subjetivação e criar espaços alternativos para ressignificação das experiências e sofrimentos subjetivos constituídos sobre um campo de articulação social, político e cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos arquivos selecionados apresentou linearidade das pesquisas em que os descritores estavam entrelaçados explícita ou implicitamente, assim como as pesquisas mais antigas servirem de referência para as pesquisas mais recentes, demonstrando uma consonância nos dados apresentados pelas mesmas. Outro dado de observação é o fato de apenas 3 dos 26 trabalhos selecionados terem como escritor principal e/ou secundário homens, o que demonstra um maior número de mulheres pesquisando sobre as inferências das mulheres na contemporaneidade e

sobre as problematizações que decorrem do presente assunto o que levanta-se a problemática para discussões posteriores das articulações para a baixa participação de homens nesta linha de pesquisa.

Em consonância com a problemática inicial os efeitos da contemporaneidade sobre a subjetividade feminina mostraram ser polissêmicas e, acima de tudo, históricas, tendo estas adquiridos novas roupagens para a forma de manutenção da submissão. Outro dado de concordância entre as autoras foi a maneira que um sujeito se relaciona com o mundo perpassa pela sua identidade e que esta constitui-se a partir do seu corpo que obtém signos socialmente, o que influencia sobre o sofrimento psíquico devido as formas de internalização das normas regulatórias o que acrescenta ao sofrimento um caráter social e político sendo este enfatizado e reproduzido no uso contemporâneo dos mecanismos midiáticos e os discursos e estruturas pertinentes a sociedade de consumo.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi contemplado pois apresenta-se uma relação nas pesquisas entre as formas de estruturação do feminino sobre os processos de subjetivação reverberadas na contemporaneidade assim como a sua atuação sobre o sofrimento psíquico de mulheres. Porém, em relação ao sofrimento psíquico nota-se pesquisas incipientes, necessitando um maior aprofundamento do sofrimento relacionado não apenas a violência física, como também as outras formas de violência enfrentadas pela mulher e suas atuações nas formas de sofrimento diante de uma estruturação patriarcal e o controle dos seus corpos assim como as mercantilizações do corpo feminino apresentado nas pesquisas selecionadas.

Aliado a isto é imprescindível salientar a importância de maiores pesquisas sobre o tema específico, assim como suas subdivisões, de forma a enriquecer e obter maior expressividade tendo em vista que a o feminino não apresenta rigidez em seus aspectos, assim como a ampliação de debates sobre as relações de poder atreladas ao feminino e as formas de reprodução de discursos patriarcais na academia e nos espaços de atuação para que possibilite a prática profissional emancipatória, problematizadora do discurso androcêntrico de neutralidade e em consonância com o código de ética da(o) psicóloga(o).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. 2. ed. Chapecó: Argos, 2009.

ALVES, Claudia de Oliveira. **Psicologia e perspectiva feminista: produção de conhecimento, prática e programas de prevenção em saúde mental.** 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14957>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Mal-Estar e Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição simbólica e a violência simbólica.** 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRUGGE, Úrsula Lima. **Corpo, mídia e educação: uma arqueogenealogia da produção imagético-discursiva dos corpos femininos contemporâneos.** 2010. Dissertação (Pós-graduação em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3416>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-165.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARVALHO, Marina Moreira Antonucci de. **Os impactos de padrões estéticos hegemônicos e modelos de feminilidade na subjetividade das mulheres.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12371/1/21507114.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história.** 1. ed. Dourados, MG: UFGD, 2014.

D'ALBUQUERQUE, Felipe de Baére Cavalcanti. **O gênero no comportamento suicida: o sofrimento psíquico em dissidências sexuais.** 2018. Dissertação

(Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34145>. Acesso em: 13 jun. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. 1. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **Para entender**: pós-modernidade. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007.

FRIZZERA, Mariana Paiva. **Consumo e gênero**: corpo e cirurgias estéticas na construção da identidade das mulheres brasileiras na sociedade de consumo. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/122>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FONTINELE, Thaís Pinto; COSTA, Márcio José de Araújo. A normatização do corpo feminino e os modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doaj.org/article/dad890d5e4a740ddbb61f9aacb9a5653>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GEROLAMO, Joselene Cristina. **O tempo não para**: o envelhecimento feminino como ato revolucionário. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191056>. Acesso em: 19 mai. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Janara Pinheiro. **As cirurgias estéticas na sociedade de consumo**: análise psicossocial das metamorfoses do corpo. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2327>. Acesso em: 23 abr. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. **Athenea Digital**, v. 14, n. 1, p. 221-236, mar. 2014. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/viewFile/v14-n1-mayorga/1089-pdf-pt>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MENDES, Patrícia Monteiro Cruz. **Dos contornos do corpo às formas do eu: a construção de subjetividades femininas na revista “sou+eu!”**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4494?mode=full>. Acesso em: 26 mai. 2020.

MIRANDA, Luciana Lobo. A cultura da imagem e uma nova produção subjetiva. **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 1, p. 25-39, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 jun. 2020.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patrícia. Descompartimentar a noção de cuidado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 43-57, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000400043&script=sci_arttext. Acesso em: 17 jun. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. **PSICO**, v. 38, n. 3, p. 216-233, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2882>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NASCIMENTO, Christiane Moura; PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. O corpo da mulher contemporânea em revista. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 385-404, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. (orgs.). **História do corpo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011. p. 477-506.

NUNES, Luciana Borre. **“Meninas são doces e calmas”**: um estudo sobre a produção de gênero através da cultura visual. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3589>. Acesso em: 26 mai. 2020.

OLIVEIRA, André Luiz de; TRINDADE, Ellika. Apontamentos acerca da subjetividade e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo e suas repercussões na clínica psicoterápica. **Psicologia e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 30-38, jan./jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-093X2015000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

PERRONI, Jennifer da Mota; NOGUEIRA, Ana Claudia Correia; DO Ó, Graziella. "Mulheres perfeitas": uma análise sob a ótica da sociedade e das relações de gênero. **Revista Ártemis**, v. 9, p. 92-104, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/11813>. Acesso em: 26 mai. 2020.

PINHO, Paloma de Sousa; ARAÚJO, Tânia Maria de. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 3, p. 560-572, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000300010, Acesso em: 13 jun. 2020.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, v. 1, n. 1, p. 55-65, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641>. Acesso em 21 abr. 2020.

SALDANHA, Marília. Pontos de intersecção: psicologia, feminismo e violências. **Revista Diálogo**, n. 24, p. 35-44, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1324>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SALDANHA, Marília; NARDI, Henrique Caetano. Uma psicologia feminista brasileira? Sobre destaque, apagamentos e posição periférica. **Psicologia Política**, v. 16, n. 35, p. 35-52, jan./abr. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000100003. Acesso em: 22 jun. 2020.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. As infinitas descobertas do corpo. **Cadernos Pagu**, v. 14, p. 235-249, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=51333>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas dos. **Gênero e Saúde Mental**: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS- Araraquara SP. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05122008-142238/pt-br.php>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTOS, Anna Maria Corbi Calda dos. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 9, p. 1177-1182, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTOS, Simone Ganem Assmar. O corpo feminino visto pelo olhar do dito e do "não dito". **Revista Cordis**, v. 3, n. 7, p. 283-310, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/10386>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SANTOS, Simone Ganem Assmar. **Mapeando os corpos femininos na história do tempo presente**: diálogos e representações. 2014. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/123456730/189>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SILVA, Jorge Luiz da. **As marcas (in)visíveis nas experiências de mulheres**: narrativas sobre violência e saúde mental. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25472>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SCOOT, Joann. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 30 mar. 2020.

TIMM, Flávia Bascuñán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 247-259, jul./dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005. Acesso em: 18 jun. 2020.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-84.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

WOOLF, Virgínia. **A marca na parede e outros contos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2015.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000300238&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jun. 2020.

ZORZAN, Fernanda Saldanha; CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa das. Espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu? Uma reflexão sobre o valor do corpo na atualidade e a construção da subjetividade feminina. **Barbarói**, n. 34, p. 161-187, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1557/1561>. Acesso em: 23 abr. 2020.